Relatório do auditor independente

Demonstrações contábeis Em 31 de dezembro de 2024

AOR/BL/TV/JCO 1477/25

HOSPITAL ESTADUAL E MATERNIDADE NOSSA SENHORA DE LOURDES - HEMNSL
Demonstrações contábeis Em 31 de dezembro de 2024
Conteúdo
Relatório do auditor independente sobre as demonstrações contábeis
Balanços patrimoniais
Demonstrações do resultado
Demonstrações dos fluxos de caixa

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis







RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Aos Administradores da Hospital Estadual e Maternidade Nossa Senhora de Lourdes - HEMNSL Goiânia - GO

Opinião sobre as demonstrações contábeis

Examinamos as demonstrações contábeis da Hospital Estadual e Maternidade Nossa Senhora de Lourdes - HEMNSL ("Entidade") que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2024 e as respectivas demonstrações do resultado e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Hospital Estadual e Maternidade Nossa Senhora de Lourdes - HEMNSL em 31 de dezembro de 2024, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis descritas na Nota Explicativa n° 2, e ainda em observação aos preceitos da Resolução nº 1.409/12 do Conselho Federal de Contabilidade - ITG 2002 - Entidades sem Finalidades de Lucros.

Base para opinião sobre as demonstrações contábeis

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis". Somos independentes em relação à Entidade, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC), e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Outros assuntos

Em atendimento ao exigido na Resolução Normativa n° 13/2017-TCE-GO, notadamente quanto ao disposto na alínea "s", item 14 do seu Anexo I e no item 2 do seu Anexo III, em nossa opinião, consideramos adequada a evolução do passivo trabalhista e/ou previdenciário e o seu impacto nas demonstrações contábeis.

Responsabilidades da Administração e da governança pelas demonstrações contábeis

A Administração da Entidade é responsável pela elaboração e adequada apresentação dessas demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, assim como pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração dessas demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.



Na elaboração das demonstrações contábeis, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Entidade continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a Administração pretenda liquidar a Entidade ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Entidade são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais;
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Entidade;
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração;
- Concluímos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Entidade. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Entidade a não mais se manter em continuidade operacional;
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.



Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Salvador, 26 de março de 2025.

BDO

BDO RCS Auditores Independentes SS Ltda.

Automas de clivera Pios

Antomar de Oliveira Rios

Contador CRC 1 BA 017715/0-5 - S - GO

Balanços patrimoniais Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023 (Em milhares de Reais)

Nota	2024	2023		Nota	2023	2022
			Circulante			
3	106	341	Fornecedores	7	9.734	8.419
4	24.307	19.109	Obrigações sociais e trabalhistas	8	2.605	2.237
5	561	720	Obrigações fiscais	9	89	41
	400	226	Outras obrigações	10	384	815
	25.374	20.396	Partes relacionadas	6	501	300
					13.313	11.812
			Não circulante			
	21	72			_	-
	-	-	9 -	11	10.235	7.264
	_	_		12		1.339
	21	72	· ·	13	319	53
					12.082	8.656
	25.395	20.468	Total do passivo		25.395	20.468
			Passivo compensado			
14	41.068	155	Contratos a faturar	14	41.068	155
14	3.725	2.776	Bens adquridos com Contrato de Gestão	14	3.725	2.776
	44.793	2.931			44.793	2.931
	70 100	22 200	Total de pessive/pessive compansed		70 100	23.399
	3 4 5	3 106 4 24.307 5 561 400 25.374 21 	3 106 341 4 24.307 19.109 5 561 720 400 226 25.374 20.396 21 72	Circulante Fornecedores Obrigações sociais e trabalhistas Obrigações fiscais Outras obrigações Partes relacionadas	Circulante Fornecedores 7 7 7 7 7 7 7 7 7	Circulante

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

Demonstrações do resultado Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023 (Em milhares de Reais)

	Nota	2024	2023
Receita de serviços		43.699	42.789
Custos dos serviços prestados	15	(38.845)	(39.623)
Medicamentos e Materiais		(1.647)	(1.173)
Pessoal		(26.332)	(26.094)
Serviços prestados		(10.866)	(12.356)
Resultado bruto		4.854	3.166
Receitas (Despesas) operacionais			
Gerais e administrativas	16	(5.759)	(3.860)
Outras receitas		874	554
Receitas financeiras		40	169
Despesas financeiras		(9)	(29)
(Déficit)/Superávit do exercício			-

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

Demonstrações dos fluxos de caixa Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023 (Em milhares de Reais)

	2024	2023
Das atividades operacionais		
(Déficit)/Superávit do exercício	-	-
Ajustes para reconciliar o (déficit)/superávit ao caixa gerado pelas atividades operacionais		
Provisão para rescisões trabalhistas	189	219
Provisão para contingência	266	43
Provisão para encargo INSS - Cebas	2.971	2.765
	3.426	3.027
Aumento/(diminuição) nos ativos e passivos		
Contas a receber	(5.198)	(8.582)
Estoques	159	(188)
Outras contas a receber	(174)	(121)
Partes relacionadas	201	300
Depósitos judiciais	51	(54)
Fornecedores	1.315	4.461
Obrigações sociais e trabalhistas	368	411
Obrigações fiscais	48	(48)
Outras obrigações	(431)	158
Caixa (aplicado) nas atividades operacionais	(235)	(636)
Das atividades de investimentos		
Adições ao ativo imobilizado e intangível	-	71
Caixa gerado (aplicado) nas atividades de investimentos	-	71
Diminuição de caixa e equivalentes de caixa	(235)	(565)
Caixa e equivalentes de caixa no ínicio do exercício	341	906
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício	106	341
Diminuição de caixa e equivalentes de caixa	(235)	(565)
As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstraçõe		(565)

1. Informações gerais

O Instituto de Gestão e Humanização - IGH é uma Associação Civil, de direito privado, sem fins lucrativos e econômicos, fundada em 09 de abril de 2010, com sede e foro em Salvador, Estado da Bahia, e tem por objetivo a realização de atividades ligadas a saúde no intuito de poder contribuir com a melhoria da assistência médica e das políticas de saúde em nossa comunidade. É uma instituição de Utilidade Pública, qualificada como Organização Social de Saúde (OSS) do Estado de Goiás, 100% SUS.

Através de decisão dos membros da Assembleia Geral e do Conselho de Administração do IGH, em 01 de setembro de 2014 foi criada uma filial na cidade de Goiânia, Estado de Goiás, a qual se encontra sediada na Av. Fuadi Rassi esquina com Rua 02, nº 541, quadra 11, lote 11/12, sala 13, Setor Nova Vila, com registro no CNPJ sob o nº 11.858.570/0002-14. Esta filial teve a sua gestão transferida para o Instituto de Gestão e Humanização (IGH), em virtude da integração desta unidade ao Hospital Materno Infantil - HMI, operada pelo Decreto nº 7.807, de 21 de fevereiro de 2013.

Este contrato de gestão possui prazo original de doze meses e valor global estimado em R\$ 12.804, o qual vem sendo renovado anualmente.

O décimo segundo termo aditivo prorrogou o prazo de vigência do contrato por vinte e quatro meses, a partir de 22 de dezembro de 2023 e término em 22 de dezembro de 2025, com valor global estimado em R\$ 69.768.

O décimo terceiro termo aditivo acrescentou ao valor mensal o montante de R\$ 7.060, para o período de 01 de novembro de 2024 a 22 de dezembro de 2025.

Conforme consta do contrato de gestão, a Entidade gestora não terá qualquer perda ou ganho quando da finalização do mesmo e, por esta razão, a Administração decidiu não reconhecer como ganho/perda patrimonial os superávits/déficits provisórios apurados até o momento.

O Instituto é uma Entidade sem fins lucrativos, isenta de recolhimento do imposto de renda e da contribuição social sobre o superávit.

Em 16 de abril de 2021 o IGH teve deferido seu pedido de Renovação do Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social (CEBAS), pelo período de 3 anos a contar da data de Publicação no Diário Oficial. Com a obtenção da renovação o Instituto e, consequentemente, os contratos sob a sua gestão continuam sendo beneficiados pela suspensão da obrigatoriedade de arrecadação da cota patronal (previdenciária) do INSS incidente sob a folha de pagamento.

2. Resumo das políticas contábeis materiais

As demonstrações contábeis em 31 de dezembro de 2024 e 2023, abrangem apenas as operações do Hospital Estadual e Maternidade Nossa Senhora de Lourdes - HEMNSL sob a gestão do Instituto de Gestão e Humanização-IGH.

Estas demonstrações contábeis apresentam o resumo dos registros decorrentes dos fluxos financeiros associados a um contrato de gestão de uma Entidade que não possui patrimônio próprio, realizando as suas atividades operacionais em nome da Secretaria do Estado de Goiás - SES-GO que é a proprietária do patrimônio físico (edificações, equipamentos, etc.) através do qual são realizadas as atividades hospitalares. Por esta razão, não está sendo apresentada a demonstração das mutações do patrimônio líquido.

2.1. Base de preparação

As demonstrações contábeis foram preparadas e estão sendo apresentadas de acordo com as práticas contábeis descritas a seguir, observando os preceitos da Resolução nº 1.409/12 do Conselho Federal de Contabilidade - ITG 2002 (1) - Entidades sem Finalidades de Lucros.

Essas práticas foram aplicadas de modo consistente em todos os exercícios apresentados, salvo indicação contrária.

As demonstrações contábeis são apresentadas em Reais, que também é a moeda funcional da Entidade.

A autorização para conclusão destas demonstrações contábeis foi dada pela Administração da Entidade em 26 de março de 2025.

2.2. Base de mensuração

As demonstrações contábeis foram preparadas com base no custo histórico como base de valor.

2.3. Uso de estimativas e julgamentos

A preparação das demonstrações contábeis requer o uso de certas estimativas críticas. Este fato também exige que a Administração da Entidade exerça uma maior capacidade de julgamento na aplicação das políticas contábeis.

Como o julgamento da Administração envolve a determinação de estimativas relacionadas à probabilidade de eventos futuros, os resultados reais eventualmente podem divergir dessas estimativas. Na preparação das demonstrações contábeis, a Entidade adotou algumas variáveis e premissas derivadas de sua experiência histórica, dentre outros fatores que entende como razoáveis e relevantes. Os resultados poderiam ser distintos dos estimados sobre premissas, variáveis ou condições diferentes.

Os principais valores estimados decorrem da provisão para contingências. Os valores efetivamente realizados podem apresentar variações em relação às estimativas.

2.4. Caixa e equivalentes de caixa

Os equivalentes de caixa são mantidos com a finalidade de atender a compromissos de caixa de curto prazo, e não para investimento ou outros fins. Incluem caixa, depósitos bancários à vista e aplicações financeiras realizáveis em até 90 dias da data original do título ou considerados de liquidez imediata ou conversíveis em um montante conhecido de caixa e que estão sujeitos a um risco insignificante de mudança de valor, os quais são registrados pelos valores de custo, acrescidos dos rendimentos auferidos até as datas dos balanços, que não excedem o seu valor de mercado ou de realização.

2.5. Contas a receber

Representa o saldo de repasses mensais a receber e déficits acumulados dos exercícios anteriores, os quais a Administração da Entidade classifica como créditos a receber da Secretaria de Saúde do Estado de Goiás, decorrentes do desequilíbrio do contrato ao longo dos anos.

O saldo do contrato de gestão será apresentado nas contas de ativo e passivos compensados.

2.6. Estoques

São avaliados pelo custo médio de aquisição que não excede ao valor de mercado ou ao valor líquido de realização, ajustados por provisão para perdas, se necessária.

2.7. Imobilizado

São avaliados pelo custo de aquisição. Representa os bens adquirido pela Entidade ou cedidos pelo Poder Concedente para serem utilizados no Contrato de Gestão. Ao final do contrato esses bens serão revertidos para o Poder Concedente. Dessa forma, a contrapartida dos registros é a conta de outras obrigações no passivo não circulante.

2.8. Fornecedores e outras contas a pagar

As contas a pagar aos fornecedores e as outras contas a pagar são obrigações a pagar por mercadorias ou serviços que foram adquiridos de fornecedores no curso normal das atividades executadas, sendo classificadas como passivos circulantes se o pagamento for devido no período de até um ano. Caso contrário, as contas a pagar são apresentadas como passivo não circulante.

As notas fiscais são registradas mediante aprovação do contratante vinculadas com a apresentação de regularidade fiscal do contratado e validação dos serviços efetivamente prestados.

2.9. Demais passivos circulantes e não circulantes

Demonstrados pelos valores nominais conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos e variações monetárias incorridos até as datas dos balanços patrimoniais.

2.10. Provisão para encargos trabalhistas INSS - CEBAS

O valor correspondente ao benefício de isenção previdenciária sobre a folha de pagamentos da Entidade (isenção da cota patronal) é valorizado e reconhecido em conta de provisão específica no passivo não circulante, de maneira sistemática, ao longo do período, à medida que as despesas com pessoal são incorridas e registradas contabilmente.

Os custos e despesas correspondentes à contribuição previdenciária patronal são apurados e registrados na apuração do resultado do exercício como se devidos fossem.

A Administração da Entidade optou por provisionar os valores referentes aos encargos previdenciários, em atendimento a Lei Complementar 187 para posterior negociação na contratualização com o contratante diante do fato de tais encargos não estarem contidos no certame.

2.11. Provisões para riscos tributários, cíveis e trabalhistas

Reconhecidas quando a Entidade tem uma obrigação presente ou não formalizada como resultado de eventos passados, sendo provável que uma saída de recursos seja necessária para liquidar a obrigação e o valor possa ser estimado com segurança. As provisões são quantificadas ao valor presente do desembolso esperado para liquidar a obrigação, sendo utilizada a taxa adequada de desconto de acordo com os riscos relacionados ao passivo.

São atualizadas até as datas dos balanços pelo montante estimado das perdas prováveis, observadas suas naturezas e apoiadas na opinião dos assessores legais da Entidade.

2.12. Reconhecimento de receitas e custos - apuração do resultado

O resultado de cada exercício é apurado pelo regime de competência.

Considerando-se que o contrato de gestão estabelece que a operação do HEMNSL não gerará superávit ou déficit para a Entidade gestora, o reconhecimento da receita será baseado nos registros dos custos a ela relacionados.

2.13. Reconhecimento dos Ativos e Passivos Compensados

- Contratos a faturar: Representa o valor total do contrato deduzido do valor das parcelas contratuais incorridas e não recebidas até a data do balanco;
- Bens Adquiridos com Contrato de Gestão: Representa os bens adquiridos pela Entidade ou cedidos pelo Poder Concedente para serem utilizados no Contrato de Gestão.

3. Caixa e equivalentes de caixa

	2024	2023
Caixa e bancos	20	2
Aplicações financeiras	86	339
	106	341

As aplicações financeiras referem-se em sua maioria a aplicações em CDB/RDB, demonstradas ao custo, acrescido dos rendimentos auferidos até a data do balanço.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023 (Em milhares de Reais)

Os recursos recebidos em razão do contrato são alocados em conta corrente criada especificamente para geri-los e aplicá-los. O IGH é responsável pela aplicação destes recursos e todos eles estão sujeitos a restrições e/ou vinculação por força do contrato de gestão, inclusive o recurso em caixa.

4. Contas a receber

	2024	2023
Contratos de Gestão a Executar (i)	24.307	19.109
	24.307	19.109

(i) Corresponde aos resultados das operações de exercícios anteriores a serem recebidos do Órgão Contratante.

A movimentação dos saldos no exercício findo em 31 de dezembro de 2024 está assim demonstrada:

	Contratos de Gestão a executar	Total
Saldo inicial	19.109	10.527
Valor a receber do contrato (déficit) do exercício atual Outros	5.198 -	9.124 (542)
Saldo final	24.307	19.109

5. Estoques

	2024	2023
Medicamentos	78	153
Material médico hospitalar	139	173
Materiais de limpeza	71	87
Materiais de expediente	38	57
Materiais diversos e outros	235	250
	561	720

6. Partes relacionadas

	2024	2023
Passivo		
Hospital Materno Infantil - HMI	-	-
Instituto de Gestão e Humanização - Matriz	501	300
	501	300

Referem-se a empréstimos entre unidades administradas pelo IGH. Tais recursos, visaram liquidar compromissos vitais à operação da unidade e estão relacionados a pagamentos de salários e encargos sociais, além de fornecimento de materiais e serviços. Estes empréstimos não estão sujeitos a atualização monetária e incidência de juros.

7. Fornecedores

Referem-se aos saldos a pagar decorrentes de aquisições de materiais (medicamentos, gases medicinais e insumos hospitalares diversos) e serviços necessários à atividade operacional da HEMNSL, para atendimento ao Contrato de Gestão, e não estão sujeitos a encargos.

8. Obrigações sociais e trabalhistas

	2024	2023
Provisões para férias	1.323	1.102
Salários e ordenados	688	695
IR sobre folha	96	77
FGTS a recolher	106	131
Encargos sobre férias	106	88
INSS a recolher	72	52
Rescisão a Pagar	38	22
Outras	176_	70
	2.605	2.237

9. Obrigações fiscais

	2024	2023
PIS/COFINS/CSLL a recolher	45	2
INSS a recolher - PJ	1	3
ISS a recolher	30	26
IRPF a recolher	13	10
	89	41

2024

2022

10. Outras obrigações

	2024	2023
Repasse recebidos a executar (a)	-	-
Outras contas a pagar	159	392
Serviço Escritório Regional	-	-
Repasse verba p/ investimento (b)	225	423
	384	815

(a) Conta transitória dos recebimentos dos repasses.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023 (Em milhares de Reais)

A movimentação dos saldos da conta repasses recebidos a executar nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023, está assim demonstrada:

	2024	2023
Saldos iniciais	-	-
Recebimentos de recursos conforme contrato Valor a receber do contrato (déficit) do exercício	38.501	33.665
atual	5.198	9.124
Apropriação da receita ao resultado	(43.699)	(42.789)
Saldos finais		-

(b) Referem-se aos repasses de recursos de investimentos disponibilizados pela Secretária de Estado de Goiás, conforme previsão contratual, com a finalidade para aquisição de ativos permanentes.

A movimentação dos saldos da conta de investimento nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023, está assim demonstrada:

	2024	2023
Saldos iniciais	423	398
Adições Baixas	902 (1.100)	620 (595)
Saldos finais	225	423

11. Provisão para encargo INSS - CEBAS

Como entidade privada sem fins lucrativos, o Instituto de Gestão e Humanização - IGH, em atendimento à Lei nº 12.101/09 e à Portaria do Ministério da Saúde nº 1.970 de 16 de agosto de 2011, atende aos requisitos legais para obtenção e renovação do Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social - CEBAS SAÚDE.

Dentre as opções de requisitos para a manutenção do CEBAS SAÚDE, o IGH optou por atender ao percentual mínimo de 60% de prestação de serviços ao SUS, medido principalmente por meio da unidade paciente-dia. Assim, considerando que o IGH oferta ao SUS 100% (cem por cento) dos serviços de saúde da sua unidade própria (Hospital de Capim Grosso). O IGH obteve o seu Certificado - CEBAS Saúde.

A Lei Complementar nº 187/2021 inovou na regulamentação do direito à imunidade tributária ao fixar a norma interpretativa do art. 3º, inciso V, que esclarece que na "hipótese de prestação de serviços a terceiros, públicos ou privados, com ou sem cessão de mão de obra" exige-se que as entidades beneficentes "não transfiram a esses terceiros os benefícios relativos à imunidade prevista no § 7º do art. 195 da Constituição Federal".

A alteração legislativa veio assegurar o cumprimento da política pública de fomento às instituições assistenciais. Isso porque o repasse do benefício da imunidade aos contratantes, na prática, representa um desconto no preço (a partir do referencial de preço de mercado) gerando valor e utilidade para o ente público ou privado contratante. Consequentemente, o recurso deixa de ser alocado como receita da entidade detentora do CEBAS para a promoção das suas finalidades assistenciais.

Assim, a partir de 17 de dezembro de 2021, início de vigência da Lei Complementar nº 187/2021, tornou-se inquestionável que a entidade sem fins lucrativos que busque a Certificação CEBAS não pode transferir a terceiros, seja pessoa de direito público ou privado, o seu direito à imunidade tributária, sob pena de perder o seu selo, uma vez que se trata de requisito indispensável à fruição da imunidade prevista no art.195, §7º da Constituição da República.

Assim, com vistas a manter a regularidade dos serviços prestados, em estrita observância à Lei Complementar nº 187/2021, o Instituto de Gestão e Humanização precisa manter o lançamento CEBAS nas contas patrimoniais e de resultado, sob pena de estar violando a Lei Complementar 187 e, como consequência, perder seu benefício da imunidade tributária.

Desta forma, as provisões dos encargos previdenciários incorridos no exercício estão sendo reconhecidos mensalmente no resultado operacional da Entidade, como se devidos fossem.

A movimentação do saldo nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023 foi a seguinte:

	2024	2023
Saldo inicial	7.264	4.499
Provisão INSS - CEBAS Reversão de provisão (i)	2.971	2.765
Saldo final	10.235	7.264

12. Provisão para rescisões trabalhistas

Referem-se aos valores das provisões das verbas rescisórias dos funcionários alocados ao contrato de gestão, em decorrência deste contrato possuir prazo determinado para encerramento.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023 (Em milhares de Reais)

13. Provisão para contingências

A Entidade não figura como ré em demandas judiciais classificadas pelos assessores jurídicos com expectativa de perda "Possível". A Entidade possui processos de natureza e trabalhista classificados pelos assessores jurídicos com expectativa de perda "Provável" no montante de R\$ 319 (em 2023, R\$ 53).

14. Ativos e Passivos compensados

	2024	2023
Ativo compensado Contrato a faturar (i) Valores faturados a receber (ii) Bens Adquiridos com Contrato de Gestão (iii) Total do ativo compensado	41.068 - 3.725 44.793	155 2.776 2.931
Passivo compensado Contrato a faturar (i) Valores faturados a receber (ii) Bens Adquiridos com Contrato de Gestão (iii)	(41.068) - (3.725)	- (155) (2.776)
Total do passivo compensado	(44.793)	(2.931)

(i) Representa o valor total do contrato deduzido do valor das parcelas contratuais incorridas até a data do balanço, conforme demonstrado a seguir:

	2024	2023
Valor total do contrato Aditivos (1º ao 13º)	12.804 284.302	12.804 248.200
	291.706	261.004
Parcelas contratuais incorridas	(250.638)	(261.004)
Total	41.068	

(ii) Representa o saldo das parcelas contratuais incorridas e não recebidas até a data do balanço.

	2024	2023
Parcelas incorridas no ano	36.102	34.744
Glosas e recebimentos	(36.102)	(34.589)
Total	<u> </u>	155

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023 (Em milhares de Reais)

(iii) Corresponde aos bens adquiridos pela Entidade ou cedidos pelo Poder concedente para serem utilizados no Contrato de Gestão, o saldo tem a seguinte composição no ativo:

	2024	2023
Imobilizado cedido		
Móveis e utensílios	327	534
Máquinas e equipamentos	1.117	1.447
Computadores e periféricos	103	103
Veículos	83	83
	1.630	2.167
Imobilizado adquirido		
Móveis e utensílios	294	12
Máquinas e equipamentos	1.616	412
Computadores e periféricos	20	20
	1.930	444
Intangível adquirido		
Intangível	165	165
	3.725	2.776

15. Custo dos serviços prestados

	2024	2023
Medicamentos e materiais (a)	(1.647)	(1.173)
Pessoal (b)	(26.332)	(26.094)
Serviços prestados (c)	(10.866)	(12.356)
	(38.845)	(39.623)

(a) O saldo de custo com medicamentos e materiais tem a seguinte composição:

	2024	2023
Medicamentos	(397)	(544)
Materiais hospitalares	(720)	(588)
Gases hospitalares	(22)	(24)
Dietas enterais	(13)	(9)
Materiais de uso e consumo	(495)	(8)
	(1.647)	(1.173)

(b) O saldo de custo com pessoal tem a seguinte composição:

	2024	2023
Glosa/custos ou despesas c/folha (i)	(8.914)	(10.557)
Salários e ordenados	(8.667)	(7.313)
INSS - CEBAS (ii)	(2.972)	(2.765)
13° salário	(1.007)	(840)
Férias	(1.384)	(1.249)
Rescisões	(274)	(289)
Prêmios e gratificações	(251)	(230)
Horas extras	(69)	(42)
Adicionais	(1.583)	(1.413)
Vale transporte	(107)	(104)
Seguro de vida em grupo	-	(11)
Plano de saúde	(127)	(469)
Contingência Trabalhista	(266)	(43)
FGTS	(902)	(872)
(-) Recuperação de despesas	259	146
Outros	(68)	(43)
	(26.332)	(26.094)

- (i) Para operacionalização do contrato de gestão foram cedidos funcionários estatutários da SES-GO para compor o quadro de pessoal da HEMNSL, e foram mantidos contratos firmados com PJ cujos pagamentos continuaram sendo realizados pelo Estado. Por esse motivo, esses valores são deduzidos do repasse das subvenções mensais. Portanto, em atendimento ao princípio contábil da essência sobre a forma, esses valores foram reconhecidos na contabilidade do IGH/HEMNSL, pois em essência os mesmos trabalham e prestam serviços na HEMNSL e são remunerados/pagos com recursos provenientes do Contrato de Gestão.
- (ii) Refere-se a cota patronal do INSS, vide Nota Explicativa n° 11.
- (c) O saldo de custo com serviços prestados tem a seguinte composição:

	2024	2023
Honorários médicos	(8.322)	(8.062)
Serviço de limpeza e higienização	(99)	(1.177)
Serviço de lavanderia	(217)	(205)
Serviço de segurança patrimonial	(89)	(397)
Serviço de laboratório e radioterapia	(95)	(7)
Serviço de nutrição	(1.885)	(2.294)
Serviço de engenharia clínica	(159)	(214)
Glosa Fornecedores SES	<u> </u>	
	(10.866)	(12.356)

16. Despesas administrativas

	2024	2023
Serviços de manutenção	(142)	(83)
Serviços de processamento de dados	(828)	(643)
Serviços gerais	(1.219)	(1.553)
Aluguéis imóveis	(25)	(29)
Despesas de rateio adm	(1.160)	(1.043)
Aluguéis gerais	(607)	(489)
Impostos e taxas	(39)	-
Itens de bens permanentes	(1.739)	(20)
	(5.759)	(3.860)

17. Seguros (não auditado)

O contrato de gestão não estabelece a obrigação do gestor (IGH) contratar cobertura de seguro para os principais ativos físicos da HEMNSL, compatíveis com os riscos associados com o porte e natureza dos ativos e das operações.

As premissas adotadas para a avaliação da importância segurada e riscos contidos, dada a sua natureza, não fazem parte do escopo de auditoria das demonstrações contábeis, consequentemente, não foram revisadas pelos nossos auditores independentes.

18. Informações complementares

Fluxo de caixa método direto (em R\$)

	2024	2023
Saldo inicial	341	906
Recebimentos		
Contrato de gestão	25.393	23.989
Receita financeira	25.575	54
Reembolso	4.338	620
Outras receitas	4.336 851	848
Total de recebimentos	30.606	25.511
Total de recedimentos	30.606	25.511
Pagamentos		
Pessoal	16.621	11.013
Material de consumo	4.254	995
Serviços de terceiros	8.263	10.533
Serviço de Escritório Regional	_	-
Despesas bancárias	5	289
Outras despesas operacional	97	2.348
Tributos/Taxas/Contribuições	439	22
Despesas com locação (imóveis/equipamentos/veículos)	228	187
Água/Energia/Telefonia/Internet	67	120
Investimentos	867	569
Total de pagamentos	30.841	26.076
	404	244
Saldo final	106	341
Saldo financeiro disponível para o mês seguinte		
Fundo fixo	2	2
Conta movimento	18	-
Conta aplicação	86	339
Saldo final	106	341